

# Para ACM, a culpa é do governo

ANDRÉ LACERDA E  
 EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse, ontem, que a reforma tributária só não foi aprovada ainda porque faltou empenho do Executivo. O senador rebatia críticas feitas, no Rio de Janeiro, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que cobrou do Congresso a aprovação das reformas. “Eu mesmo já disse antes, em frente ao ministro Pedro Malan (da Fazenda), que a reforma não saía porque a Fazenda não queria. Se o Executivo não votou antes, foi culpa dele (governo)”, afirmou, durante entrevista coletiva.

Antonio Carlos amenizou a reação que esboçara horas antes, também no Rio, quando, ao saber das afirmações do presidente da República, afirmara: “Eu não sei se ele (Fernando Henrique) falou isso. Seria extremamente contraditório porque ele tem dito em várias oportunidades palavras de maior elogio ao Congresso, que não lhe faltou em hora nenhuma. Acredito que, se condenou o Congresso, ele foi contraditório”.

Na entrevista em Brasília, ACM mudou de tom e explicou o motivo. “O presidente me ligou e disse que havia lido uma declaração minha que o chamava de contraditório, porque ele tem feito muitos elogios ao Congresso. Mas ele me disse que não se referia ao

Congresso e sim a duas matérias que estão na Câmara: a Previdência e a reforma tributária”, justificou. “Não quero que o Michel Temer (presidente da Câmara) fique zangado por eu responder por ele.”

**Normal** – Para ACM, o presidente Fernando Henrique tem direito de criticar senadores e deputados. “Os congressistas atacam o presidente. Ele também pode atacar. Isto é do jogo. Ele (o presidente) vai ficar sendo atacado e não vai responder?”, indagou. O líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), também amenizou as críticas do presidente ao Congresso. “O presidente fez observações genéricas, que são verdadeiras. Não acho anormal o pre-

sidente fazer críticas”, ponderou.

Antonio Carlos, porém, criticou a paralisia da Câmara, que há um mês não vota nenhuma matéria em plenário. A pauta na Casa está trancada porque a votação do projeto que cria defensorias públicas, que tem preferência constitucional sobre os demais, tem sido seguidamente postergada por decisão de líderes governistas. “Não tenho nada a ver com o andamento dos trabalhos da Câmara, mas não acho que esta seja a melhor forma de aquela Casa trabalhar”, sugeriu o senador.

Para acelerar a votação das reformas no Congresso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, almoça hoje com Michel Temer na casa do presidente da Câmara.